

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.672 - PA (2019/0323007-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : DARLEY PARAENSE GONCALVES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por DARLEY PARAENSE GONÇALVES, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará que negou provimento à apelação de seu interesse.

Os elementos existentes nos autos indicam que o réu foi condenado às penas de 10 (dez) anos, 6 (meses) e 19 (dezenove) dias de reclusão, em regime inicial fechado e 26 (vinte e seis) dias-multa, pela prática, duas vezes, do crime previsto nos arts. 157, § 2º, I, II c/c 69, ambos do Código Penal.

Nas razões do presente recurso especial, o réu aponta violação dos arts. 59 do Código Penal e 383 do Código de Processo Penal.

Suscita, em síntese, a fixação da pena em seu mínimo legal, pois o sentenciante não observou o princípio da motivação e não fundamentou de forma idônea o aumento da reprimenda.

Sustenta que deve incidir o aumento de 1/3 (um terço) na 3ª fase da dosimetria da pena em relação às majorantes do art. 157, § 2º do Código Penal, uma vez que ausente a fundamentação concreta para a exasperação da pena em 3/8 (três oitavos).

Requer a diminuição da pena de multa imposta, argumentando com a falta de capacidade financeira para pagar o montante.

Requer, por fim, a exclusão do reconhecimento do concurso material de crimes feito em *emendatio libeli* para a caracterização do crime previsto no art. 71 do Código Penal.

Contrarrazoada a insurgência (e-STJ fls. 282-295), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fls. 302-304), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, ofertou parecer pelo improvimento do inconformismo (e-STJ fls. 323-326).

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

O Juízo primevo, quanto à fixação da pena, prolatou a sentença sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 133):

Culpabilidade do réu comprovada, não tendo este agido com dolo que ultrapasse os limites da norma penal, portanto como grau de censura da ação ou omissão do agente mostra-se normal a espécie, nada tendo a se valorar (neutra); Antecedentes do acusado imaculados, a par do princípio constitucional esculpido no artigo 5º, LVII, da Constituição Federal, eis que não registra condenação anterior com trânsito em julgado (neutra); Conduta

social e Personalidade são dados inerentes ao acusado que em nada se relacionam ao fato por ele praticado, de modo que sua valoração em seu prejuízo significaria a adoção de um insustentável direito penal do autor (neutras); Motivos do crime estes foram normais à espécie do delito de roubo, isto é, a obtenção de lucro fácil, nada a valorar (neutra); Circunstâncias do fato criminoso comum a espécie do delito ora em análise, cuja a gravidade é clara do tipo penal (neutra); Consequências extrapenais nada a valorar, eis que são comuns à espécie (neutra); Comportamento da vítima não facilitou e nem incentivou a ação criminosa do réu, não sendo ela "colaboradora" da ação criminosa (neutra); Situação econômica de acusado presumidamente não é boa, haja vista ser pessoa pobre, que vive em condições econômicas precárias, nessa conjuntura não há como este suportar os ônus das despesas processuais (neutra). Portanto, levando-se em conta todas as circunstâncias acima analisadas ou seja, culpabilidade, antecedentes, conduta social, motivo do crime, circunstâncias, consequências, comportamento da vítima e situação econômica do réu, fixo a pena base privativa de liberdade do em 04 (quatro) anos de reclusão, bem como ao pagamento de multa de 10 (dez) dias-multa, calculada em 1/30 (um trigésimo) do Salário Mínimo vigente à época dos fatos.

Sabe-se que a aplicação da pena-base é o momento em que o juiz, dentro dos limites abstratamente previstos pelo legislador, deve eleger, fundamentadamente, o *quantum* ideal de pena a ser aplicada ao condenado criminalmente, visando à prevenção e à repressão do delito praticado.

Assim, para chegar a uma aplicação justa da lei penal, o sentenciante, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, deve atentar para as singularidades do caso concreto, guiando-se pelos fatores relacionados no *caput* do art. 59 do Código Penal.

No caso concreto, o Juízo sentenciante, subordinado ao princípio do livre convencimento motivado, entendeu serem neutras as circunstâncias judiciais do réu.

Dessa forma, infirmar tais conclusões, implicaria, necessariamente, em incursão no acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada na via especial, *ut* Súmula 7/STJ.

A propósito (**grifos acrescidos**):

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOA PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL. ART. 231, § 2º, IV, E § 3º, DO CÓDIGO PENAL - CP. 1) OFENSA AOS ARTIGOS 381, III, E 619, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. 2) VIOLAÇÃO AO ART. 13 DO CÓDIGO PENAL. ÓBICE DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, CONFORME SÚMULA 7/STJ. 3) VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL - CP. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. EXASPERAÇÃO IDÔNEA. MONTANTE DE EXASPERAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE

VINCULADA. 4) VIOLAÇÃO AO ART. 65, III, D, DO CP. RECONHECIMENTO DE CONFISSÃO ESPONTÂNEA. INOCORRÊNCIA. 5) REGIME INICIAL MAIS GRAVOSO. JUSTIFICATIVA IDÔNEA. 6) CAUSA DE AUMENTO. ART. 231, § 2º, IV, CP. AFASTAMENTO. SÚMULA 7/STJ. 7) AGRAVANTE DO ART. 62, IV, DO CP. AFASTAMENTO. SÚMULA 7/STJ. 8) AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem apontou os motivos de fato e de direito que embasaram o desprovimento do recurso de apelação, inexistindo violação ao art. 381, III, do CPP. Ainda, no julgamento dos embargos de declaração opostos pela defesa, o Tribunal de origem abordou novamente as questões, destacando as razões de seu convencimento em desfavor da tese defensiva, motivo pelo qual inexistiu violação ao artigo 619 do CPP e foi reconhecido o prequestionamento.

2. **A conduta dolosa do recorrente foi ratificada pelo Tribunal de origem em razão das circunstâncias do crime indicarem o conhecimento do ilícito. O afastamento de tal conclusão demandaria o reexame fático-probatório, providência vedada pelo enunciado n. 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça - STJ.**

3. A desvalorização de circunstância judicial que acarreta exasperação da pena-base deve estar fundada em elementos concretos, não inerentes ao tipo penal.

3.1. In casu, o delito de tráfico internacional de pessoa para fins de exploração sexual se consuma com a saída da vítima do território nacional com o objetivo de prostituição. Precedente. Logo, a prostituição exercida pela vítima pode ser desvalorada como consequência do crime, pois não inerente ao tipo penal.

3.2. O montante de exasperação da pena-base, por inexistir critério legal ou matemático, fica subordinado ao livre convencimento motivado do julgador.

4. O reconhecimento da atenuante da confissão espontânea pressupõe que o agente confesse ser autor do crime. No caso dos autos, o agravante negou ter participação no crime. Ainda, conforme o Tribunal de origem, a condenação foi decorrente de outros elementos do acervo probatório.

5. Cabível regime inicial mais gravoso diante da existência de circunstância judicial desfavorável, conforme art. 33, § 3º, do CP.

6. O afastamento da causa de aumento do art. 231, § 2º, IV, do CP,

esbarra no vedado revolvimento fático-probatório, conforme Súmula 7/STJ, porquanto o Tribunal de origem asseverou, com base nas provas dos autos, que a vítima viajou para o exterior em razão de fraude, qual seja, promessa de emprego lícito.

7. O afastamento da agravante do art. 62, IV, do CP, esbarra no vedado revolvimento fático-probatório, conforme Súmula

Superior Tribunal de Justiça

7/STJ,

porquanto o Tribunal de origem asseverou, com base nas provas dos autos, que o recorrente atuou mediante promessa de recompensa.

8.. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 728.979/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PARCIONICK, QUINTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 06/04/2018)

No que se refere à alegada violação do art. 383 do CPP, em razão de ser aplicável o instituto previsto no art. 71 do CP em substituição ao previsto no art. 69 do mesmo diploma legal, concluiu o Tribunal de origem que (e-STJ fls. 240-242):

[...] O recorrente pugna pelo reconhecimento dos delitos de roubo na forma continuada e não em concurso material, como decidiu o magistrado sentenciante. Sem razão, contudo.

Cumpra observar que a sentença atacada se encontra em perfeita consonância com a jurisprudência pátria, inclusive, com o Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "não basta que haja similitude entre as condições objetivas (tempo, lugar, modo de execução e outras similares). É necessário que entre essas condições haja uma ligação, um liame, de tal modo a evidenciar-se, de plano, terem sido os crimes subsequentes continuação do primeiro" (RHC 93.144/SP, Rel. Min. Menezes Direito).

[...]

Com efeito, inobstante a proximidade dos momentos e lugar em que os roubos ocorreram, além do mesmo modus operandi, não se observa a unidade de desígnios necessária para a configuração da incidência do artigo 71 do Código Penal, como quer a defesa, uma vez que o 2º fato (roubo do veículo para fuga), só veio a ocorrer em razão da moto utilizada pelos réus para cometer a empreitada criminoso e se evadir, ter parado de funcionar quando já se encontravam em fuga, não estando tal fato, portanto, inserido no mesmo contexto do primeiro roubo.

In casu, observando as condutas comportamentais realizadas pelos recorrentes, assim como os resultados, conclui-se que os delitos perpetrados, efetivamente, não foram praticados com o aproveitamento das mesmas relações e oportunidades oriundas de uma idêntica situação inicial, na qual as ações estivessem inseridas em um contexto único, com a repetição ao longo de uma relação que se prolongasse no tempo.

[...]

Assim sendo, consubstanciado está o concurso material entre os delitos de roubo praticados, não havendo que se falar em continuidade delitiva.

Nesse contexto, desconstituir a conclusão do acórdão recorrido que, à luz dos elementos fático-probatórios carreados aos autos, entendeu estar consubstanciado o

concurso material em detrimento da continuidade delitiva, implicaria, necessariamente, em incursão no acervo fático probatório constante dos autos, providência vedada na via especial, *ut* Súmula 7/STJ.

A propósito (**grifos acrescidos**):

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. ARTIGO 71 CÓDIGO PENAL CONTINUIDADE DELITIVA. LAPSO TEMPORAL. SUPERIOR A TRINTA DIAS. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Na esteira de julgados desta Corte Superior, para a caracterização da continuidade delitiva, prevista no art. 71 do Código Penal, é imprescindível o preenchimento de requisitos de ordem objetiva - mesmas condições de tempo, lugar e forma de execução - e subjetiva - unidade de desígnios ou vínculo subjetivo entre os eventos, uma vez que o Código Penal brasileiro adotou a teoria mista ou objetivo-subjetiva.

2. Reconhecendo a instância ordinária que houve um certo ritmo entre as ações sucessivas, ou seja, uma determinada periodicidade apta a justificar a aplicação da continuidade delitiva, infirmar o entendimento consagrado pelo Tribunal de origem demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7/STJ.

3. "Tendo o Tribunal local demonstrado que a prática delitiva se deu em três blocos distintos de condutas cujo intervalo de tempo entre eles foi de aproximadamente três meses, mas consignado que todas elas foram praticadas em ritmo contínuo e em contexto da sua ocorrência que refugia ao total controle dos réus, justificado está a excepcional admissão do favor da continuidade delitiva" (AgRg no REsp 1345274/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 12/04/2018).

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1.786.500/GO, de minha relatoria, julgado em 07/11/2019, DJe 19/11/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL E ESTUPRO. RECONHECIMENTO DO CONCURSO MATERIAL. AUMENTO DA FRAÇÃO DEVIDO A CONTINUIDADE DELITIVA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A caracterização da continuidade delitiva pressupõe a existência de ações praticadas em idênticas condições de tempo, lugar e modo de execução (requisitos objetivos), além de um liame a indicar a

unidade de desígnios (requisito subjetivo).

2. Na hipótese, consta no acórdão recorrido que os crimes foram praticados em condições de lugar e forma de execução semelhantes, sendo um continuação do outro.

3. Firmou-se nesta Corte o entendimento de que o número de infrações cometidas deve ser considerado quando da escolha da fração de aumento decorrente da continuidade delitiva, dentre os parâmetros previstos no caput do art. 71 do Código Penal, sendo 1/6 (um sexto) para a hipótese de dois delitos até o patamar máximo de 2/3 (dois terços) para o caso de 7 infrações ou mais.

4. In casu, o Tribunal a quo manteve a fração de 1/6 (um sexto) aplicada pela Magistrada ao argumento de que não sendo possível, quando da instrução, aferir com exatidão o número de vezes que o ilícito foi praticado, o aumento da pena deve se dar no patamar mínimo, em homenagem ao princípio do in dubio pro reo.

5. Incidência da Súmula n. 7/STJ.

6. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 1.467.830/RN, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 04/10/2019)

Quanto à incidência da majorante do art. 157, § 2º do CP ser fixada na fração mínima legal, consignou a Corte a quo (e-STJ fls. 243/245):

[...] No que tange ao pleito de redução da pena, na 3ª fase da dosimetria, na parte referente às causas de aumento previstas no art.157, § 2º, incisos I e II do CP, o apelante pleiteia a sua aplicação na fração mínima de 1/3 (um terço), alegando ausência de fundamentação idônea da decisão que exasperou a pena em 3/8 (três oitavos).

A pretensão, contudo, não merece amparo.

[...]

Vale registrar o que consignou o magistrado a quo acerca das majorantes do delito de roubo praticado pelos apelantes, verbis:

"Considerando por fim o reconhecimento da existência de 02 (duas) causas majorantes, previstas nos incisos I e II, § 2º, do artigo 157, do CPB tais sejam, a violência ou a grave ameaça exercida com emprego de arma (revólver), e o concurso de duas ou mais pessoas, o que ressalta a gravidade da conduta delitiva cometida pelo réu, autorizando o aumento da pena acima do patamar mínimo de 1/3 (um terço), in casu, deve o apenamento ficar acrescido de 3/8 (três oitavos), totalizando a sanção privativa de liberdade em 05cit 06 (seis) meses de reclusão e a de pagamento de multa em 13 (treze dias -multa, calculada em 1/30 (um trigésimo) do Salário Mínimo vigente à época dos fatos, em face da inexistência de outras causas de aumento de pena a observar."

Conforme se observa, no caso, o sentenciante acertadamente constatou a incidência das causas especiais de

aumento de pena em razão da presença das majorantes do concurso de pessoas e emprego de arma de fogo, exasperando as penas em 3/8 (três oitavos), justificando seu decisum na exacerbada gravidade da conduta e perigo provocados pelo meio executório.

Assim sendo, percebe-se que o magistrado de 1º grau fundamentou minimamente a fração aplicada acima do mínimo, tendo restado demonstrado a reprovabilidade concreta das condutas a ensejar a necessidade de uma maior resposta penal, razão pela qual não há que se falar em incidência da citada Súmula nº433 do STJ, como quer a defesa.

[...].

Desse modo, deve ser mantida a exasperação da pena na fração de 3/8 (três oitavos), razão pela qual não há qualquer modificação a ser feita na pena definitiva imposta na sentença.

Dessa forma, o entendimento do acórdão recorrido alinha-se à orientação jurisprudencial desta Corte de que não se aplica o regramento Sumular 433/STJ quando a sentença, no tocante à fração da majorante está satisfatoriamente fundamentada.

A propósito (grifos acrescentados):

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TORTURA E ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO EMPREGO DE ARMA, CONCURSO DE AGENTES E RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DAS VÍTIMAS. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE DEVIDAMENTE MOTIVADA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. 3. AGRAVANTE CONTIDA NO ART. 61, II, H, DO CÓDIGO PENAL. RECONHECIMENTO QUE SE IMPUNHA. 4. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE À SÚMULA 444 DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. 5. MAJORAÇÃO DA PENA, NA TERCEIRA FASE, NA FRAÇÃO DE 1/2 (METADE). FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PARTICULARIDADES APONTADAS NA TOTALIDADE DA SENTENÇA QUE AUTORIZAM A EXASPERAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À SÚMULA 433/STJ. 6. ABSORÇÃO DO DELITO DE TORTURA PELO CRIME DE ROUBO. IMPOSSIBILIDADE. AFIRMATIVA, DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, DE QUE O DOLO EXCEDEU O PREVISTO NO ART. 157 DO CÓDIGO PENAL. CONSTATAÇÃO DE DESÍGNIOS AUTÔNOMOS. CONCLUSÃO CONTRÁRIA QUE PRESSUPÕE REVOLVIMENTO DE PROVAS. INVIABILIDADE NA VIA EXÍGUA DO WRIT. 7. ORDEM NÃO CONHECIDA.

[...].

2. No caso, a elevação da pena-base deu-se de forma exaustivamente motivada, a partir de critérios discricionários próprios da atividade jurisdicional ordinária e dentro dos parâmetros mínimo e

máximo cominados abstratamente, levando-se em conta as particularidades que cercaram os gravíssimos crimes perpetrados pelo paciente e seus comparsas, não havendo falar, assim, em exasperação da sanção com fulcro em elementos intrínsecos ao tipo penal. No entanto, um exame detido do referido provimento judicial leva à conclusão de que o caso, segundo exposto pelo próprio Magistrado de primeiro grau nas razões de decidir, apresenta nuances que extrapolam o comum para a espécie, exigindo maior rigor na resposta penal.

3. Constatado que os crimes de roubo e de tortura também foram praticados contra crianças, imperiosa a incidência da agravante contida no art. 61, II, h, do Código Penal.

4. Não tendo o impetrante se desincumbido de demonstrar a alegada ofensa ao enunciado nº 444 da Súmula desta Corte, não há como aferir o suscitado constrangimento ilegal.

5. Inexiste, na hipótese, violação ao disposto no enunciado nº 443 do Superior Tribunal de Justiça, pois se extrai da totalidade da sentença condenatória a existência de motivação suficiente para a majoração da pena na fração de 1/2 (metade), visto que demonstrado que as condutas perpetradas pelo paciente merecem maior rigor na punição, de forma que a aplicação da pena mínima nesses casos ofenderia, a um só tempo, os princípios da proporcionalidade e da individualização da pena, cabendo frisar que esse último incide ainda que conduza à fixação de uma pena mais gravosa ao réu - e não apenas em seu benefício. Ademais, as decisões judiciais devem ser analisadas como um todo e não por capítulos, uma vez que, apesar de eventual deficiência no tópico específico da motivação da pena, em muitos casos é impossível desprezar, pela descrição fática, a efetiva existência de dados concretos possíveis de serem considerados, como é o caso dos autos.

[..].

7. Habeas corpus não conhecido. (HC 230.876/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 25/09/2013)

Por fim, quanto à pleiteada redução da multa aplicada pelo juízo singular, o acórdão recorrido está assim fundamentado (e-STJ fls. 245):

[...] Quanto ao pleito de redução da pena de multa para o mínimo legal, não assiste razão ao apelante.

Vale registrar que o art. 49 do CP delimitou os patamares mínimo e máximo da pena de multa, sendo que cabe ao julgador valer-se dos critérios do art. 59 do mesmo diploma legal para a fixação do quantum. No caso dos autos, verifica-se que o

juízo singular aplicou a pena pecuniária com a estrita observância ao referido preceito legal, de forma correta e proporcional, de modo que não deve ser redimensionada a pena de multa imposta.

Nesse contexto, o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação jurisprudencial desta Corte de que a pena de multa deve ser estabelecida de forma proporcional à privativa de liberdade imposta, obedecendo ao sistema trifásico (art. 68 do Código Penal).

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL E PENAL. DOSIMETRIA DA PENA DE MULTA. CRITÉRIO TRIFÁSICO. PROPORCIONALIDADE. DELITO TIPIFICADO NO ART. 289, § 1º, DO CÓDIGO PENAL - CP. FORMA TENTADA. REDUÇÃO AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça - STJ, após afirmar que a quantidade de dias-multa deveria obedecer aos critérios dispostos no art. 59 do Código Penal, passou a definir que a pena de multa deveria ser estabelecida de forma proporcional à privativa de liberdade imposta, obedecendo ao sistema trifásico (art. 68 do Código Penal).

2. Desse modo, a pena de multa do art. 49 do Código Penal, em razão da proporcionalidade, deve refletir a pena corpórea estipulada, de modo a serem consideradas as circunstâncias judiciais, as agravantes e as atenuantes e, ainda, as causas de diminuição e de aumento.

3. A pena corpórea pode ser diminuída de um a dois terços, nos termos do art. 14, II, parágrafo único. Para a pena de multa, há esse critério legal limitador (art. 49, do CP), que não deve prevalecer nestes casos, a uma, por conta da proporcionalidade e aplicação do sistema trifásico, já que a pena corpórea é reduzida abaixo do mínimo legal nos delitos em que se configurou a tentativa.

A duas, a contrário sensu, em vista da existência de uma única orientação jurisprudencial que proíbe a redução da pena abaixo do mínimo, porém, na segunda fase dosimétrica (Súmula n. 231/STJ), ou seja, não há impeditivo na jurisprudência do STJ de que essa redução seja efetuada na terceira fase da dosimetria.

4. No caso concreto, por se tratar de delito tentado, e tendo sido reconhecida a causa de diminuição prevista no artigo 14, II, e parágrafo único, do Código Penal, com a redução da pena corporal em 1/3, se faz necessária a redução da pena de multa no mesmo patamar.

5. A Terceira Seção desta Corte reafirmou o entendimento consolidado nos autos do EREsp n. 1.619.087/SC no sentido de

Superior Tribunal de Justiça

não permitir a execução provisória da pena restritiva de direitos.

6. Recurso especial provido para reduzir a pena de multa ao patamar de 6 dias-multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos e suspender a execução provisória das penas restritivas de direitos impostas ao recorrente até o trânsito em julgado da condenação. (REsp 1756117/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 10/05/2019)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conhece-se, em parte, do recurso especial e, nessa extensão, nega-se-lhe provimento.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator